



SINDICATO DA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS

Informativo Mensal / Ano 28 | Edição 193 | Maio de 2019



SIAEG

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS

 facebook.com/siaeg
www.siaeg.com.br



PRECISAMOS DE UMA ECONOMIA FORTE COMO ALICERCE

Não parece haver nenhum rumo concreto apontado para a recuperação econômica do Brasil. Com aceleração do aumento de preços, queda no emprego, estagnação dos salários e indefinição de rumos é absolutamente natural que as expectativas dos agentes econômicos, ligeiramente animadas pela entrada de um novo governo, entrem em trajetória de queda, como registrado pelas avaliações e pesquisas.

Alguns economistas afirmam que 2019 já caminha para ser um ano perdido e 2020 é uma interrogação. Para eles, o Estado deveria estar investindo mais para ativar a economia e está acontecendo o contrário, dessa forma, a economia fica sem vetores para reagir.

O dado mais recente é o de certa alta da inflação,

e isso atinge o poder de consumo das famílias e põe mais "lenha na fogueira" da estagnação econômica. Além disso, o governo não apresenta propostas para a indústria, para estimular investimentos ou reduzir a inadimplência. Assim, nada aponta para alguma reação. A inflação é a expressão da nossa desigualdade, das diferenças regionais, da oligopolização da economia, dos desbalanços entre oferta e demanda.

Atividade econômica fraca, empresas têm uma dificuldade de pagar em dia os seus impostos, com isso, você cria um círculo vicioso. Na tentativa de fazer ajuste, corta gastos, isso gera mais estagnação da economia e, portanto, compromete a arrecadação. A pauta econômica fica restrita a isso, não se fala em política industrial, em política

de investimentos, em recuperação de inadimplentes. Nós brasileiros costumamos ser otimistas, mas é necessário que sejamos realistas, precisamos de uma política mais ampla, envolvendo o conceito de políticas de competitividade, industrial, comercial, ciência e tecnologia, algo que realmente consiga mudar o cenário atual e as previsões futuras.

Antônio Benedito dos Santos

Presidente da SIAEG
Sindicato da Indústria da Alimentação
no Estado de Goiás



INDÚSTRIAS E AS ADAPTAÇÕES ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS DE SEUS CONSUMIDORES

A indústria de alimentos e bebidas é um dos setores mais sólidos da economia, com um crescimento no cenário atual, principalmente por conta dos mercados emergentes e a globalização.

Os hábitos alimentares da população estão mais exigentes quando se trata de adquirir um produto, portanto, a fidelização dos consumidores torna-se um requisito fundamental para estabelecer uma relação duradoura.

O consumidor mais informado, procura conhecer melhor os detalhes relacionados a produção primária dos alimentos, o seu manejo, quem foi afetado pelo processo e, em geral, conhecer a responsabilidade com que a indústria executou o processo produtivo.

As indústrias devem operar com base na transparência, na correta gestão, respeitando o meio ambiente, a sociedade e a saúde do consumidor. Investir em pesquisas que buscam desenvolver produtos mais nutritivos

isentos de contaminação, práticos e oferecidos a preço competitivo.

Dessa forma, a indústria se adapta ao estilo dos seus consumidores, que hoje buscam fazer parte da “geração saúde”, sendo mais exigentes com a alimentação e adeptos aos exercícios físicos.

Denise Resende

Diretora Executiva do SIAEG



DEMANDA FRACA FAZ INDÚSTRIA ACUMULAR ESTOQUES E LEVA A QUEDA NA PRODUÇÃO E NO EMPREGO

A baixa demanda na economia doméstica voltou a ganhar destaque e figurou como o segundo principal problema para os empresários industriais brasileiros no primeiro trimestre de 2019, atrás apenas da elevada carga tributária. Segundo a Sondagem Industrial divulgada no dia 25/04 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 37,5% dos empresários assinalaram a “demanda interna insuficiente” como um dos principais problemas enfrentados no trimestre. Este é o maior índice registrado para esse item desde o segundo semestre de 2017, quando o percentual havia ficado em 39%.

Com a fraca demanda da economia brasileira, os empresários industriais também apontaram queda na produção e no emprego e, conseqüentemente, excesso de estoques nas fábricas. Em março, o índice de evolução da produção ficou em 47,4 pontos. Como o índice está abaixo da linha divisória de 50 pontos, ele representa queda na produção na comparação com o mês anterior. O índice de evolução no número de empregados, por sua vez, ficou em 48,5 pontos, o que também representa queda ante o mês de fevereiro.

A Sondagem Industrial revela ainda que, em março, o índice de evolução de estoques dos industriais ficou em 50,5 pontos – um pouco acima da linha divisória de 50 pontos. Esse resultado reflete um pequeno aumento nos estoques das

empresas. O índice de nível de estoque efetivo em relação ao usual, por sua vez, manteve-se praticamente constante: passou de 51,1 pontos em fevereiro para 51,2 pontos em março. Ao permanecer acima dos 50 pontos, o índice revela que os estoques seguem acima do planejado pelas empresas.

“A Sondagem de março, portanto, mostra que a falta de demanda, o grande problema que atingiu a indústria durante a crise recente, voltou a afetar mais o empresário. Mostra também suas consequências: estoques indesejados, produção e emprego caindo, máquinas paradas, condições financeiras fragilizadas, expectativas cada vez menos otimistas e intenção de investir em queda. É, portanto, um quadro preocupante”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo.

PIORA NAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS – Na comparação trimestral, os empresários industriais ouvidos pela CNI apontaram piora nas condições financeiras pelo segundo trimestre consecutivo. O índice de satisfação com o lucro operacional recuou de 42 pontos no quarto trimestre de 2018 para 40,3 pontos no primeiro trimestre de 2019. Já o índice de satisfação com a situação financeira caiu de 46,1 pontos para 45,3 pontos na mesma base de comparação. Como eles estão abaixo da linha divisória de 50 pontos, representam insatisfação

nos dois casos. Ambos os índices são inferiores aos registrados também no primeiro trimestre de 2018.

“A permanência de estoques indesejados, aliada à baixa demanda, prejudica as condições financeiras da indústria”, ressalta Azevedo.

Por outro lado, a pesquisa revela uma leve melhora no acesso ao crédito. O índice de facilidade de acesso ao crédito aumentou 0,4 ponto entre o quarto trimestre de 2018 e o primeiro trimestre de 2019, alcançando 38,7 pontos. O índice é o mais elevado desde o primeiro trimestre de 2014, quando registrou 39,2 pontos. Ainda assim, permanece muito abaixo dos 50 pontos, o que reflete dificuldade das empresas para conseguir recursos no mercado financeiro.

A utilização média da capacidade instalada (UCI) manteve-se inalterada pelo terceiro mês seguido em 2019, em 66%, um percentual ainda baixo na avaliação da CNI. O índice de UCI efetiva em relação ao usual recuou 2,4 pontos e foi a 41 pontos. É o menor índice desde maio de 2018, quando registrou 37,3 pontos. Como o índice permanece abaixo dos 50 pontos, indica que a atividade industrial segue abaixo do usual para o mês.

A pesquisa foi realizada com 1.888 empresas, sendo 770 pequenas, 680 médias e 438 grandes. Os dados foram coletados entre 1º e 12 de abril de 2019.

(Agência CNI de Notícias)



CONFIANÇA DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NA ECONOMIA DO PAÍS APRESENTA QUEDA

O índice de otimismo dos empreendedores quanto aos rumos da economia brasileira caiu cerca de 10 pontos percentuais nos primeiros três meses de 2019, mas a confiança dos donos de micro e pequenos negócios continua em alta. É o que mostra a Sondagem Conjuntural feita pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), entre os últimos dias 25 de fevereiro e 11 de março. O estudo aponta que 69,6% dos empresários entrevistados estão acreditando na recuperação do país, contra 79,5% apontado na pesquisa de dezembro, quando foi feito o último levantamento. Entre esses empresários, o principal motivo apontado para serem otimistas foi a confiança no crescimento econômico do Brasil com o novo governo.

“A mudança no governo, aliada ao novo ano, elevou muito a expectativa dos empresários de pequenos negócios em dezembro, quando foi realizada a última sondagem. É natural que o percentual de otimistas apresente queda suave, após os primeiros meses do governo”, avalia o analista de Gestão Estratégica do

Sebrae, Paulo Jorge. “Ainda assim, registramos o segundo maior índice de otimismo da série histórica e verificamos que a intenção de contratação de mão de obra, por parte dos empreendedores permanece alta”, pondera.

A marca de 79,5% de empreendedores otimistas, verificada em dezembro, foi a maior já registrada desde junho de 2017, quando a pesquisa começou a ser feita pelo Sebrae. O levantamento, feito trimestralmente, tem como objetivo conhecer as expectativas dos donos de pequenos negócios em relação à economia brasileira e ao seu próprio empreendimento. A Sondagem conjuntural ouviu 2.992 Microempreendedores Individuais (MEI), empresários de Micro e Pequenas Empresas (ME) e donos de Empresas de Pequeno Porte (EPP). Mais da metade deles (68,5%) se mostraram bastante otimistas com relação à melhora do faturamento de sua empresa em 2019, apesar da queda de quase 9 pontos percentuais em relação a dezembro de 2018. Os que acreditam que a situação vai ficar como está, somaram 22,5%, índice maior do que ano

passado, que era 16,8%, enquanto que os pessimistas cresceram de 3,3% para 6,8%.

A última pesquisa indicou que 81,5% dos donos de pequenos negócios otimistas avaliam que a economia do país vem dando sinais de recuperação, 60% dos entrevistados já constataram aumentos de vendas, enquanto 54,7% disseram que o emprego está aumentando. Apesar disso, o percentual de empresários que pretendem contratar funcionários em 2019 foi de 32,1%, praticamente igual ao do final do ano passado: 32,4%. Conforme a Sondagem Conjuntural, isso ocorrerá principalmente em EPP dos setores ligados à Indústria e à Construção Civil. Em contrapartida, os que devem enxugar seus quadros subiram de 2,8% para 4,8%. Para resolver o problema de mão-de-obra, os empreendedores continuam com a mesma percepção de que é melhor contratar pessoas inexperientes e capacitá-las na própria empresa: 80,4%.

GOVERNO QUER REDUZIR TEMPO DE ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS



Quanto tempo demora para abrir ou fechar uma empresa no Brasil? Quantos impostos o empresário vai ter que recolher e qual o peso da carga tributária sobre os custos do negócio? Qual o tamanho da burocracia para obter licenças de construção e instalação de energia elétrica dos empreendimentos? Essas e outras perguntas fazem parte de uma avaliação anual do Banco Mundial para medir o ambiente de negócios de 190 países.

O levantamento, chamado Doing Business, analisa 10 indicadores e classifica os países com nota de 0 a 100. Quanto mais próximo da

puntução máxima, melhor o ambiente de negócios. O Brasil ocupa uma posição tímida no ranking, apenas o 109º lugar, com 60,01 pontos, atrás de países como o México, a Colômbia e Costa Rica. O presidente Jair Bolsonaro já anunciou a meta de levar o país para a lista dos 50 mais bem classificados até o fim do seu mandato, em 2022. Para definir estratégias de como chegar lá, representantes do banco se reuniram nesta semana com integrantes do governo no Palácio do Planalto. “Não há como a gente entender a lógica de um país que é a oitava economia do mundo

e ocupar a 109ª posição para ambiente de negócios”, afirmou o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Floriano Peixoto, em entrevista. Para o ministro, as pessoas que desejam empreender ainda são muito penalizadas pela burocracia do país. “O cidadão que deseja construir uma empresa, fisicamente, demora muito para obter um alvará, para obter uma [ligação de] energia, para tratar questões de crédito e insolvência e mesmo para fechar um negócio. São áreas em que estamos constituindo grupos de trabalho específicos para propor e levar recomendações de melhoria”, acrescenta.

METAS

Ao todo, o governo criou cinco grupos temáticos, com a participação representantes da sociedade civil, do próprio Banco Mundial, além de técnicos da Receita Federal, Comissão Valores Mobiliários (CVM) e do Ministério da Economia, todos sob a coordenação da Secretaria Especial de Modernização do Estado, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência. Cada grupo deve se debruçar sobre cinco dos indicadores avaliados no relatório Doing Business: obtenção de eletricidade, registro de propriedades, abertura de empresas, obtenção de alvará de construção e pagamento de impostos.

“Essas ações vão trazer resultados concretos, como a diminuição do tempo de abertura de empresas, menos burocracia para obtenção de registros, licenças para instalação de novos empreendimentos industriais e comerciais. É preciso facilitar a jornada do cidadão”, afirma Márcia Amorim, secretária especial de Modernização do Estado. Perguntada sobre a meta do governo federal para reduzir o tempo de abertura de empresas no país, que varia de estado para estado, ela é assertiva: “A gente quer trazer essa meta para o tempo mais rápido possível.





CINCO PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA O SETOR INDUSTRIAL ESTÃO EM ANÁLISE NO SENADO

O setor industrial defende a aprovação de uma série de projetos em discussão no Congresso para melhorar o ambiente de negócios e ajudar o setor a crescer. Ao todo, a Agenda Legislativa da Indústria 2019 reúne 123 propostas de seu interesse a tramitar na Câmara e no Senado. Entre elas, 14 integram uma "pauta mínima" conjunto de temas urgentes na visão da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Cinco delas estão no Senado, mas nem todos os projetos são considerados prioritários pelos parlamentares e podem seguir um longo caminho antes da aprovação.

No último dia 11, a CNI revisou para baixo as estimativas de crescimento da indústria para este ano. A previsão inicial era que o setor fecharia o ano com crescimento de 3%, mas a CNI aponta uma queda no ritmo, que deve garantir uma expansão de apenas 1,1%. Também recuou em 2,6 pontos o Índice de Confiança do Empresário Industrial, chegando a 61,9 pontos em março.

1. ENERGIA ELÉTRICA

Entre as propostas defendidas pelos empresários para alterar esse cenário e que dependem do

Senado está o PLS 232/2016, que aumenta a liberdade para as empresas escolherem de quem comprar a energia elétrica. O projeto é apontado como um caminho para aumentar a competição no mercado de energia. A CNI defende algumas mudanças no texto, como a antecipação da convergência da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que recebe recursos pagos junto com a conta de luz.

A Lei 13.360/2016 determina que, a partir de 2030, o rateio das quotas anuais da CDE deverá ser proporcional ao mercado consumidor de energia, de acordo com o nível de tensão. Os consumidores atendidos em alta tensão, como as indústrias, pagarão 1/3 do valor pago por aqueles atendidos em baixa tensão, enquanto os consumidores atendidos em média tensão pagarão 2/3. Para a indústria, essa medida é importante ajudar a baratear os custos produtivos.

O principal problema em relação ao fornecimento de energia que nós temos é a penalização dos mais pobres. Deveríamos priorizar projetos sobre a tarifa social de energia elétrica, afirmou o senador.

2. CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE

A CNI também apoia a criação do Código de Defesa do Contribuinte, medida que tramita no Senado há oito anos.

O PLS 298/2011 Complementar, segundo a autora, senadora Kátia Abreu (PDT-TO), ameniza a vida do contribuinte diante da elevada quantidade de normas e exigências do sistema tributário nacional. Entre outros pontos, o projeto torna obrigatório o reembolso dos impostos pagos indevidamente, com juros e atualização monetária, do mesmo modo que o Fisco faz quando o contribuinte é o devedor. E proíbe a adoção de meios coercitivos na cobrança extrajudicial de tributos, como interdição de estabelecimentos.

A CNI avalia que a proposta, que aguarda escolha de relator na CCJ, "vai eliminar distorções nas relações entre Fisco e contribuinte".

3. TRABALHO NO EXTERIOR

Também incluído na pauta mínima da indústria, o PLS 138/2017, do ex-senador Armando Monteiro (PTB-PE), pode estar mais próximo de ter um desfecho no Senado.

O projeto facilita a transferência ou contratação de brasileiros para missões ou trabalhos fora do país.

O texto define que a legislação trabalhista aplicável a esses trabalhadores é a do local da prestação de serviços, como ocorre na maioria dos países, pelo chamado princípio da territorialidade.

Já aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde teve o relatório favorável do ex-senador Jorge Viana (AC), o projeto aguarda a decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), depois do qual poderá seguir para a Câmara dos Deputados.

4. SEGURANÇA NO TRABALHO

Também na CAS está o PLS 539/2018, que estabelece novas regras para criação, atualização e revisão de normas regulamentadoras de

segurança e saúde do trabalho.

Entre outros pontos, o projeto apresentado pelo ex-senador Cássio Cunha Lima (PB) prevê a aplicação gradual de qualquer nova norma que tenha impacto econômico sobre a atividade produtiva. Também permite a adoção de soluções alternativas não previstas nas normas, desde que a proteção dos trabalhadores seja observada.

De acordo com a indústria, há um volume excessivo de normas regulamentadoras de saúde e segurança produzidas com premissas equivocadas sobre a relação entre empregados e empregadores e que impactam os custos e a produtividade.

5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Permitir a compensação entre créditos tributários e previdenciários é mais uma demanda da indústria apontada como urgente. A medida está prevista no PLS 405/2018, que reduz o acúmulo de créditos tributários por parte das empresas.

De acordo com a CNI, a Lei 13.670/2018 permitiu em tese a compensação de créditos tributários federais com débitos previdenciários, "entretanto, apesar de válida a intenção de evitar possíveis compensações indevidas, as vedações impostas fazem com que o mecanismo perca efetividade".

Fonte: Agência Senado





SIAEG

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS

**SIGA O NOSSO
INSTAGRAM**



**CURTA NOSSO
FACEBOOK**



SIAEG.GO



EXPEDIENTE

PRODUÇÃO: Comunicação SIAEG
JORNALISTA: Thaís Camargo Vaz
DIAGRAMAÇÃO: Michel Wendel Ferreira
PERIODICIDADE: Mensal

ENDEREÇO:
Rua 200, Nº 1.121, Q67-C L1/5
Setor Leste Vila Nova - Goiânia/GO
CEP: 74.645-230

FONE: (62) 3224-9226 | 4253
E-MAIL: siaeg@siaeg.com.br